

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

**Correspondência ao Autor**

**Nome:** Flávio Massami Martins Ruckstadter

**E-mail:** flavioruckstadter@uenp.edu.br

**Instituição:** Universidade Estadual do Norte do Paraná, Brasil

**Submetido:** 23/05/2023

**Aprovado:** 25/09/2023

**Publicado:** 16/07/2024

 10.20396/rho.v24i00.8673550

**e-Location:** e024031

**ISSN:** 1676-2584

**Como citar ABNT (NBR 6023):**

RUCKSTADTER, F. M. M.; MILANEZI, L.; SOUZA, A. C. de.

A contradição entre ensino padronizado e a proposta de educação integral em uma escola pública de educação básica da rede municipal de Jacarezinho/PR.

**Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 24, p. 1-18, 2024. DOI:

10.20396/rho.v24i00.8673550.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8673550>. Acesso em: 16 jul. 2024.

Distribuído Sobre



Checkagem Antiplágio



## A CONTRADIÇÃO ENTRE ENSINO PADRONIZADO E A PROPOSTA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE MUNICIPAL DE JACAREZINHO/PR

 **Flávio Massami Martins Ruckstadter\***

Universidade Estadual do Norte do Paraná

 **Liliane Milanezi\*\***

Universidade Estadual do Norte do Paraná

 **Antonio Carlos de Souza\*\*\***

Universidade Estadual do Norte do Paraná

### RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa de mestrado que teve como objetivo investigar a contradição entre a mecanização do ensino gerada pelo ensino de alcançar metas estabelecidas pelos índices de qualidade e os propósitos de formação integral do aluno apresentados nos documentos de uma instituição de educação básica pertencente à rede pública do município de Jacarezinho/PR e culminou num minicurso de formação para os profissionais da escola. A pesquisa pautou-se no Materialismo Histórico-Dialético, que permitiu analisar a realidade em sua totalidade histórica e seus reflexos nas políticas educacionais e documentos norteadores do ensino na escola de tempo integral. O termo educação em tempo integral é comumente confundido com Educação Integral, enquanto formação ampla do ser humano, como sinônimos. O tempo que o aluno passa na escola, interfere em sua aprendizagem, mas não garante uma formação emancipatória. Assim, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, analisamos a implantação do SAEB e a criação do IDEB como principal indicador de qualidade, investigamos os documentos norteadores da escola pesquisada, abordamos o conceito de educação integral no contexto histórico brasileiro e finalizamos com um minicurso de formação docente intitulado “O impacto do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, na realidade escolar”. O desenvolvimento do minicurso com os profissionais atuantes na escola, demonstrou a necessidade de formação crítica na qual conheçam a realidade histórica e as contradições presentes nas políticas educacionais implementadas que antes de apontar legítima qualidade da educação, direcionam para a formação alienada que atenda aos interesses de mercado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação básica. Avaliação externa. Educação integral.

**THE CONTRADICTION BETWEEN STANDARD SCHOOLING AND A PROPOSAL OF UNABRIDGED EDUCATION IN A BASIC EDUCATION FROM A PUBLIC SCHOOL OF MUNICIPALITY NETWORK FROM JACAREZINHO/PR**

**Abstract**

This article presents the results of a master research that aimed to investigate the contradiction between the mechanization of teaching generated by the opportunity to achieve goals established by the quality indexes and the purposes of the integral formation of the student presented in documents of a basic institution of education belonging to the public network of the municipality of Jacarezinho/PR and culminated in a mini-training course for school professionals. The research was based on Historical-Dialectical Materialism, which allowed the analysis of reality in its historical totality and its reflects on educational policies and documents that guide the teaching in full-time schools. The term full-time education is commonly confused with Integral Education, as an expansive formation of the human being, as synonyms. The time that the student spends in school interferes with their learning, but it doesn't guarantee an emancipatory formation. Thus, through bibliographical and documentary research, we analyzed the implementation of the SAEB and the creation of the IDEB as the main quality indicator, we investigated the guiding documents of the researched school, we approached the concept of integral education in the Brazilian historical context and we ended with a mini-course of teacher training entitled "The impact of the Basic Education Development Index - IDEB, in the school reality". The development of the mini-course with professionals operating at school, it demonstrated the necessity of a critical training in which they know the historical reality and the contradictions present in the implemented educational policies before pointing out the legitimate quality of education direct to the alienated training that meets the interests of marketplace.

**Keywords:** Basic education. External assessment. Integral education.

**LA CONTRADICCIÓN ENTRE LA ENSEÑANZA PADRONIZADA Y LA PROPUESTA DE EDUCACIÓN INTEGRAL EN UNA ESCUELA PÚBLICA DE EDUCACIÓN BÁSICA DE LA RED MUNICIPAL DE JACAREZINHO-PR**

**Resumen**

Este artículo presenta los resultados de una investigación de maestría que tuvo como objetivo averiguar la contradicción entre la mecanización de la enseñanza generada por la ocasión de alcanzar metas establecidas por los índices de calidad y los propósitos de formación integral del alumno presentados en los documentos de una institución de educación básica perteneciente a la red pública del municipio de Jacarezinho/PR y ha culminado en un minicurso de formación para los profesionales de la escuela. La investigación se ha pautado en el Materialismo Histórico-Dialéctico, que ha permitido analizar la realidad en su totalidad histórica y sus reflejos en las políticas educacionales y documentos norteadores de la enseñanza en la escuela de tiempo integral. El término educación en tiempo integral es comúnmente confundido con Educación Integral, en cuanto formación amplia del ser humano, como sinónimos. El tiempo que el alumno pasa en la escuela, interfiere en su aprendizaje, pero no garantiza una formación emancipatoria. Así, a través de la investigación bibliográfica y documental, analizamos la implantación del SAEB y la creación del IDEB como principal indicador de calidad, investigamos los documentos norteadores de la escuela investigada, abordamos el concepto de educación integral en el contexto histórico brasileño y finalizamos con un minicurso de formación docente intitulado "El impacto del Índice de Desarrollo de la Educación Básica - IDEB, en la realidad escolar". El desarrollo del minicurso con los profesionales activos en la escuela, ha demostrado la necesidad de formación crítica en la cual conozcan la realidad histórica y las contradicciones presentes en las políticas educacionales implementadas antes de apuntar legítima calidad de la educación, direccionan para la formación alienada que atienda a los intereses de mercado.

**Palabras clave:** Educación básica. Avaliação externa. Educación integral.

## INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de uma pesquisa que investigou a contradição existente numa escola que atende em período integral e aponta os ideais de Educação Integral, enquanto ampla formação humana em seus documentos, entretanto prioriza o treinamento dos alunos nas disciplinas de Português e Matemática para atingir as metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O objetivo da pesquisa foi analisar a contradição entre o ensino mecanizado, induzido pela avaliação externa, com destaque para o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e a proposta de Educação Integral que consta nos documentos norteadores que organiza o funcionamento em tempo integral da instituição de educação básica pertencente à rede pública do município de Jacarezinho, no estado do Paraná. A pesquisa se pautou em análise bibliográfica e documental das políticas educacionais e elencou como fontes principais, documentos produzidos pela Escola Municipal Professora Ruth Pimentel Rocha, de Jacarezinho (PR), tais como atas de reuniões, Projetos Políticos-Pedagógicos, diários de classe e planejamentos diversos, bem como literatura de apoio que trouxe contribuições a partir de pesquisas realizadas sobre o tema.

À luz do Materialismo Histórico-Dialético, analisamos o histórico da implementação do SAEB e sua influência na construção de um currículo que atendesse os interesses em elevar a qualidade da educação por meio da elevação de índices que interferem diretamente no planejamento e percepção dos professores em relação ao ensino-aprendizagem dos alunos. Pela análise das fontes, apresentamos o contexto escolar e os princípios pedagógicos da escola de jornada ampliada. As categorias luta de classes, desigualdades, totalidade histórica e dialética, fundamentaram a análise da realidade em suas múltiplas determinações, pois “[...] a produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a linguagem da vida real” (Marx; Engels, 2007, p. 93).

A expressão educação em tempo integral, referente à extensão do tempo de permanência da criança na escola, é comumente confundida com Educação Integral que possibilita a formação ampla e emancipatória das pessoas. Para deslindar esta discussão, abordamos o conceito de Educação Integral na perspectiva histórica brasileira e discutimos os programas Mais Educação e Novo Mais Educação em suas contradições, uma vez que a experiência daquela instituição escolar ocorreu na vigência destes programas federais.

Como um dos resultados práticos da pesquisa, foi elaborado e ministrado o minicurso de formação docente intitulado “O impacto do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, na realidade escolar”, a fim de desvelar as contradições apresentadas nos documentos analisados, que apontam divergências ao referir-se à Educação Integral, por vezes relativizando seu conceito ao de educação em tempo integral. Direcionado aos professores, coordenação e direção da Escola Municipal Professora Ruth Pimentel Rocha, de Jacarezinho (PR), que foi objeto de estudo da pesquisa, o minicurso contou com a participação de treze profissionais.

O minicurso foi realizado em dois encontros virtuais, com utilização da plataforma *Google Meet*, considerando a necessidade de distanciamento social em decorrência da pandemia de Covid-19. Foram discutidos a implantação da avaliação externa no Brasil e a utilização do IDEB como principal indicador de qualidade, desconsiderando aspectos sociais e intraescolares que influenciam no processo de ensino e aprendizagem. Embora a sociedade capitalista impede uma educação voltada para a formação emancipatória, que levaria à sua superação, “[...] nós temos que atuar nas instituições existentes, impulsionando-as dialeticamente na direção dos novos objetivos. Do contrário, ficaremos inutilmente sonhando com instituições ideais” (Saviani, 1980, p. 54).

Os resultados, que serão apresentados neste artigo, estão organizados em duas partes. Inicialmente há uma discussão sobre a mecanização do ensino induzida pelas avaliações de larga escala e sua contradição com a orientação presente nas experiências de Educação Integral. Na sequência, apresentamos e analisamos dados coletados no decorrer do minicurso realizado com os profissionais da escola. Em respeito às questões éticas, nenhum nome ou qualquer informação que possa levar a identificação dos indivíduos que participaram da atividade serão revelados.

## **A CONTRADIÇÃO ENTRE O ENSINO MECÂNICO E A FORMAÇÃO AMPLA DO SUJEITO**

Investigamos na dissertação a divergência entre a mecanização do ensino impulsionada pela ênfase na avaliação externa, em especial o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e a proposta de Educação Integral presente nos documentos que orientam a organização da jornada ampliada na instituição escolar em questão. Essa conformidade também é observada em outras pesquisas presentes no Estado do Conhecimento realizado para nossa pesquisa, evidenciando como as avaliações externas exercem influência sobre os documentos e diretrizes das redes municipais.

Delimitamos os anos de 2017 a 2019 em nossa pesquisa nos quais a Escola Municipal Professora Ruth Pimentel Rocha adotou a jornada ampliada em tempo integral e apresentou em sua proposta pedagógica uma visão de formação integral dos alunos. No entanto, notamos que sua organização direcionava-se principalmente para as oficinas de Língua Portuguesa e Matemática, com o objetivo de melhorar o desempenho no SAEB e atingir ou superar a meta do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), visando elevar a qualidade do ensino. Em decorrência disso, a escola implementou uma jornada ampliada por meio do Programa Novo Mais Educação.

Embora o IDEB seja o principal indicador de qualidade da educação no país, as avaliações aplicadas nas turmas de 5º ano evidenciam que “[...] sete em cada dez alunos que cursaram apenas os anos iniciais do Ensino Fundamental permanecem na condição de analfabetismo funcional” (INAF, 2018). Mesmo sendo capazes de ler e escrever, eles apenas

decodificam as palavras, mas não conseguem compreender seu significado nem produzir textos.

Ao considerarmos as políticas educacionais vigentes, identificamos essas mesmas desigualdades na Meta 7 do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE), que busca incentivar a qualidade da educação básica em todas as suas modalidades a fim de alcançar médias nacionais no IDEB. Para isso, o PNE propõe como estratégia “[...] estabelecer e implantar diretrizes pedagógicas e a base nacional comum dos currículos” (Brasil, 2015, p. 115). Por outro lado, a Meta 6 destaca um conjunto de estratégias para a oferta da educação em tempo integral na educação básica e previsão a renovação de 50% das escolas públicas nesse formato, atendendo no mínimo 25% dos alunos da Educação Básica.

No Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE), o programa Mais Educação é mencionado como uma estratégia do governo federal para expandir a carga horária dos estudantes da Educação Básica e organizar os currículos com base na perspectiva da Educação Integral (PNE, 2014- 2024). No entanto, em 2017, o programa passou por uma reformulação e foi renomeado como Programa Novo Mais Educação (PNME), priorizando o trabalho com oficinas de Língua Portuguesa e Matemática como apoio à prova do SAEB. O PNME é uma remodelagem do Programa Mais Educação, estabelecido em 2007 pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, com o objetivo de promover a extensão da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral (Brasil, 2010).

Dessa forma, as questões que motivaram esta pesquisa foram: Qual é a influência da avaliação externa na direção curricular e na elaboração de programas que abordam a Educação Integral? O fato de a escola funcionar no modelo de jornada ampliada favorece a implementação de práticas emancipatórias? Qual é a concepção de Educação Integral e educação em tempo integral na história da educação brasileira? Diante da falta de transformação e inovação estrutural e formativa, quais são as possibilidades de alcançar a Educação Integral dos alunos? Os professores da escola estão cientes das práticas mecanizadas que a avaliação externa imposta ao ensino? Com o objetivo de responder tais perguntas e alcançar o escopo da pesquisa, perpassamos algumas etapas em que foram analisadas a ênfase da avaliação nos processos educacionais e o entendimento de Educação Integral apontado nas políticas educacionais e na parte documental da Escola Municipal Professora Ruth Pimentel Rocha, de Jacarezinho (PR).

Essas preocupações nos levaram a adotar o Materialismo Histórico-Dialético como método de pesquisa e as categorias de análise, luta de classes, desigualdades e continuidade histórica, para investigar o contexto histórico em que sobreviveram como previsões externas e como projetos de Educação Integral, frequentemente confundidas com a educação em tempo integral no Brasil. Esse método nos permite ir além das aparências e compreender a realidade por meio das desigualdades, buscando superá-la. Partimos da análise documental relacionada às reformas educacionais que abordam o SAEB, a Educação Integral e as diretrizes da escola investigada, além de consultar obras de autores que debatem o tema.



Com o propósito de “analisar o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e seu impacto na redefinição curricular”, explanamos sobre o início da reforma do Estado, que em 1990, guiada por instituições internacionais e organismos multilaterais, em que alinharam-se às políticas educacionais aos interesses do capital. A atenção internacional voltou-se para a educação na busca por solucionar a crise do capital, enfrentada pelos Estados em âmbito mundial. Organismos internacionais, como o Banco Mundial, encontraram a oportunidade de formar uma nova geração de trabalhadores necessária para atuar frente às novas exigências do mercado com a ascensão tecnológica e a globalização financeira. Deste processo resultou “[...] uma nova onda de acordos internacionais e uma redescoberta da educação como um campo fértil de investimentos” (Vieira; Albuquerque, 2002, p. 45).

Neste contexto de reformas do Estado, houve forte direcionamento das políticas educacionais para validar a exigência de avaliações externas nas escolas e centralidade nos resultados obtidos como sinônimo da qualidade da educação. A criação do SAEB e, posteriormente, a implementação do IDEB, conduziram à elaboração de um currículo com ênfase nas disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa, a fim de melhorar os resultados nas avaliações e, conseqüentemente, aumentar a nota no IDEB. A busca por melhores resultados nas avaliações externas levou à introdução de práticas mecanizadas no ensino, inclusive nos anos iniciais, direcionou os currículos e vem priorizando o ensino de Matemática e Língua Portuguesa.

Até o ano de 2016 a Escola Professora Ruth Pimentel Rocha, de Jacarezinho (PR), ofertou atendimento nos períodos matutino e vespertino às turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Em anos intercalados, ofertou no período diurno turmas de Educação Infantil (pré-escola) e no período noturno turmas de Ensino de Jovens Adultos (EJA) atendendo alunos da comunidade. Os alunos que estudavam na escola provinham de famílias com baixo poder aquisitivo, sem escolaridade, fato que implicava na falta de apoio ou incentivo à vida escolar dos filhos, fato que resultava em uma aprendizagem deficitária e baixo rendimento nas provas aplicadas em avaliações externas.

No ano de 2017, o município de Jacarezinho (PR) iniciou o processo de atendimento em período integral pela Escola Professora Ruth Pimentel Rocha, e devido a ser a única no município a trabalhar nesse formato, recebeu matrículas de alunos de diversos outros bairros da cidade. Na visão dos pais e familiares destes alunos, a escola em tempo integral se apresentava como apoio para suas rotinas de trabalho, já que a jornada ampliada oportunizou que a crianças tivessem alimentação, atendimento pedagógico, além de evitar que elas ficassem nas ruas, sem supervisão no período em que não estavam estudando.

Esse pensamento transmite o teor assistencialista que envolve a escola que atende em tempo integral e os referentes documentos que justificam a “[...] busca por uma sociedade mais justa, considerando, especialmente, as condições dos estudantes que vivem em situação de vulnerabilidade social, dando a eles novos tempos, espaços e oportunidades de aprendizagem” (Paraná, 2018, p. 12). Os programas de ampliação do horário escolar,

comumente associados à ideia de compensação e atendimento, estão alinhados com as orientações do Banco Mundial, que enfatizam a influência do tempo que as crianças passam na escola nos resultados de aprendizagem, não se atentando para as condições desiguais dos alunos atendidos por este formato.

Entretanto, a escola, objeto de estudo, não recebeu verba para adequar sua estrutura e tampouco para capacitar os professores e funcionários para atender a nova demanda de trabalho. Com a diversidade de alunos que passaram a frequentar a escola nesse novo modelo, com diferentes contextos socioeconômicos e culturais, foi necessário repensar o planejamento, uma vez que o último havia sido elaborado em 2014, em colaboração com todos os professores da rede municipal, para um contexto escolar bastante diferente do atual.

No primeiro ano em que a escola adotou o horário integral, em 2017, as aulas do currículo regular ocorriam no período da manhã, das 7h30 às 11h30, com três momentos dedicados às refeições (café da manhã ao chegar à escola, lanche no meio da manhã e almoço às 11h30). Logo após, os alunos descansavam, supervisionados por estagiários contratados pela prefeitura, em espaços nas salas de aula improvisados com colchões no chão para descanso. Esse período durava em média até as 13h, quando começavam as oficinas oferecidas pelos professores da própria escola, professores do SESC e monitores do Programa Novo Mais Educação, que estavam sendo implementados na escola naquele momento. Os alunos faziam um lanche por volta das 15h e a jornada terminava às 17h. Diversos estudantes residiam na zona rural, pegavam o transporte escolar muito cedo e, no término das aulas, voltavam suas casas, sempre tarde também devido às paradas do transporte para deixar as outras crianças.

Segundo o relato da Ata nº 01/2017, houve uma reunião no início do ano letivo, da qual participaram membros da direção, coordenação pedagógica e coordenação do Programa Novo Mais Educação, professores e representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte (SMECE), que apresentaram o projeto de atendimento em tempo integral, inclusive as a definição das oficinas que seriam disponibilizadas.

No entanto, não foram encontrados registros nas atas que constassem quais oficinas foram apresentadas para serem trabalhadas na escola em nenhum dos anos que aconteceu o formato expandido de ensino. As oficinas foram constatadas pelas anotações no PPP da escola e nos livros de registro de classe em que foram anotadas. O documento relata que eram desenvolvidas “[...] atividades relacionadas às oficinas de Letramento/Alfabetização, Raciocínio Lógico e Recreação onde é [sic] trabalhado de forma lúdica e prática os conteúdos e conceitos tratados nestas áreas do conhecimento” (Jacarezinho, 2020, p. 39).

Em 2018 e 2019, sem o apoio do Programa Novo Mais Educação, atingido pelo corte de verbas repassadas à educação em 2018 e com a sua extinção em 2019, as oficinas de Letramento/Alfabetização, Raciocínio Lógico e Recreação ficaram sob a responsabilidade dos professores da escola. A interrupção do programa levou à impossibilidade de cumprir o previsto na meta 6 do PNE, que visa “[...] oferecer educação em tempo integral em, no

mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica” (Brasil, 2014, p. 10).

Os entes federados têm negligenciado e tratado com descaso direitos básicos do ser humano, tais como saúde, alimentação, educação e lazer. Os cortes de verbas para a educação foram levados à formação de um sujeito seguro, um analfabeto funcional que vive em condições precárias e não consegue questionar o sistema imposto sobre ele. Conforme Marx afirmou: “Cada homem especula sobre como criar no outro uma nova carência, a fim de forçá-lo a um novo sacrifício, colocá-lo em nova sujeição e induzi-lo a um novo modo de fruição e, por isso, de ruína econômica” (Marx, 2004, p. 139). A redução de verbas para a educação, saúde e cultura impossibilita o desenvolvimento e contribui para o aumento da carência da população em termos humanos e sociais. Diante dessa realidade, é necessário compreender efetivamente a situação e propor um novo modelo de desenvolvimento social e educacional.

Limitar ao reforço de atividades de leitura e interpretação e raciocínio lógico no trabalho desenvolvido nas oficinas na jornada ampliada distancia-se dos ideais de uma formação integral e foca no treinamento voltado para notas e índices. Dessa maneira, observamos a inversão do objetivo educacional de consolidar a aprendizagem dos alunos. O funcionamento da escola em tempo integral, organizado de forma que o estudo das disciplinas curriculares ocorra em um período e a revisão de Português e Matemática, no período de contraturno, não configura Educação Integral. A recreação, neste processo, apresenta-se somente como atrativo para que os alunos tenham interesse em permanecer o período todo na escola. Do mesmo modo, este modelo de ensino não representa melhoria na aprendizagem e, conseqüentemente, nos resultados das avaliações externas. Esta prática destoa do propósito apresentado pelo PPP da Escola, de nortear o ensino e aprendizagem dos alunos “[...] num processo cooperativo de formação de indivíduos plenos e aptos a construir a sua própria autonomia e cidadania, reconhecendo-se, como ser único, mas também coletivo” (Jacarezinho, 2020, p. 5).

Assim, observamos que o contexto escolar analisado aponta o propósito de formar integralmente os alunos, e ao mesmo tempo busca alcançar as metas impostas pelas avaliações externas. Tal contradição demonstra ser necessário um trabalho de formação continuada dos professores, equipe diretiva, coordenadores, para a compreensão do que significa Educação Integral, de educação em tempo integral, de tempo expandido, que pode constituir espaço fundamental para a relação de ensino e aprendizagem, no trabalho de conteúdos históricos, filosóficos e artísticos. De acordo com Marx (2013, p. 157), “[...] a arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas”. Assim, a ampliação do tempo escolar, de forma planejada, proporciona aos estudantes acesso a saberes históricos que a humanidade produziu ao longo do tempo.



## UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO: O MINICURSO DE FORMAÇÃO “O IMPACTO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – IDEB NA REALIDADE ESCOLAR”

Como proposta de intervenção realizada pela pesquisa foi elaborado e implementado um curso de formação para professores e demais funcionários da escola analisada. Pensou-se o curso de formação no intuito de elucidar as discrepâncias encontradas em algumas informações em documentos, como o PPP, conforme se observou anteriormente. O PPP deve ser construído por toda comunidade escolar, o que torna imprescindível o aprofundamento teórico dos temas abordados pelos sujeitos, que além de participar de sua construção, serão os principais agentes de sua execução.

No caso analisado, o PPP se apresenta como a “[...] própria organização do trabalho pedagógico da escola em dois níveis: na organização do trabalho escolar como um todo e na organização do trabalho de sala de aula” (Jacarezinho, 2020, p. 30). O PPP é compromisso sociopolítico já que deve ser construído em conjunto com toda comunidade escolar. A ausência de momentos que oportunizem discussões em grupo faz com que os professores não tenham o conhecimento e acesso necessário ao documento que deve contemplar os interesses de toda comunidade escolar, tornando-os alienados de sua importância. A falta de formação continuada e reuniões pedagógicas contribuem para que as práticas sejam individualizadas e isoladas nos diversos setores dentro da escola.

A educação padronizada, a regulação da qualidade e o esvaziamento curricular, contribuem para manter a manutenção de uma sociedade inconsciente de seus direitos e necessidades. A educação dentro do capitalismo é a expressão da própria sociedade, alienada, exploradora, opressora, em que há um condicionamento dos professores para reproduzirem uma formação limitada, padronizada. E é nesta situação que há “[...] uma necessidade real de instrução, e isso não pode surgir espontaneamente em uma sociedade de oprimidos e opressores, que constrange os indivíduos a experiências de caráter limitado” (Manacorda, 2019, p. 36).

Com o intuito de contribuir na formação continuada dos professores, equipe diretiva, equipe pedagógica da Escola, foi organizado e implementado o minicurso “O impacto do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB na realidade escolar”, com objetivo de verificar qual o impacto do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB na realidade escolar e como os resultados e dados por ele apontados são apropriados pelos professores e equipe pedagógica para planejar ações que desvelem as dificuldades deste processo além de contribuir com as necessidades de aprendizagem.

A base teórico-metodológica do minicurso foi a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), como “[...] uma pedagogia articulada com os interesses populares [que] valorizará, pois, a escola; não será indiferente ao que ocorre em seu interior; estará empenhada em que a escola funcione bem; portanto estará interessada em métodos de ensino eficazes” (Saviani, 2018,

p. 55). Assim, partiu-se da prática social, comum aos profissionais da educação, que se traduz na realidade da escola e de cada um e problematizaram-se as questões levantadas e que necessitam de conhecimento aprofundado. Na sequência, como instrumentalização, foram estudados textos científicos que contribuíram para a aquisição do conhecimento e discussão a fim de levar os profissionais da educação à incorporação destes elementos. Elaborou-se, por fim, uma síntese do conhecimento adquirido nos encontros, na busca de superar a prática social inicial.

No plano metodológico, foram realizados dois encontros em formato virtual no mês de novembro de 2021, por meio da plataforma *Google Meet*, já que havia a necessidade do distanciamento social causado pela pandemia do Covid-19. Foram utilizados textos como referências básicas para a discussão das políticas educacionais, com ênfase para a introdução das avaliações externas no Brasil e o uso do IDEB para traduzir a qualidade da educação e a apropriação dos resultados como ferramenta no planejamento escolar, de autores como Bauer, Alavarse e Oliveira (2015), Gesqui (2016); Mendes e Segabinazzi (2018), Tarlau e Moeller (2020), também houve análise documental de Relatórios do Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF, 2018) e das Matrizes de referência do SAEB (Brasil, 2020).

O convite para participação no minicurso foi enviado por meio do grupo de *WhatsApp* da escola no qual estão todos os professores, equipe pedagógica e equipe diretiva, com formulário *online* de inscrição e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Este termo explicou e justificou a pesquisa, apresentou os objetivos e os termos éticos efetivados. O TCLE apresentava as opções “sim” e “não” para responder a pergunta: “Você concorda com o termo acima?”. Foi disponibilizado um link baixável em PDF de uma cópia do termo em caso de aceite e treze profissionais da educação (de um total de trinta professores, duas coordenadoras e uma diretora lotadas na escola) aceitaram participar do minicurso.

Dos treze profissionais inscritos, apenas três não trabalhavam na escola entre os anos de 2017 e 2019, nos quais a instituição funcionava em período integral. De acordo com as respostas no formulário de inscrição, os treze profissionais inscritos têm mais de cinco anos de experiência como professores. Em suas respostas sobre os fatores que estão associados a uma educação de qualidade, destacaram-se: fatores políticos; infraestrutura; comprometimento e amor pela educação; participação e responsabilidade da família em parceria com a escola, não aparecendo a formação inicial e em serviço como critério em nenhuma das respostas.

O primeiro encontro do minicurso teve como tema “O histórico da Avaliação Externa, o surgimento do IDEB e suas implicações na educação”. Para iniciarmos a discussão, construímos, em tempo real, uma nuvem de palavras, na qual os participantes relataram suas percepções sobre o IDEB. Os termos que mais se destacaram foram: nota, pressão, meta, resultado, qualidade, desempenho. Foi proposta antecipadamente a leitura de alguns artigos que abordam a avaliação externa e a reforma do Estado, com objetivo de discuti-los posteriormente.

Como a prova do SAEB para o quinto ano do Ensino Fundamental estava próxima de ser aplicada, no momento da implementação do minicurso, muitas angústias foram relatadas. Nas contribuições das profissionais, transpareceu a ideia de que o aprendizado dos alunos é determinado pelos conteúdos cobrados no SAEB e, portanto devem ser enfatizados para que aumente a nota da escola. Embora a maioria das profissionais seja consciente de que a qualidade do ensino e aprendizagem dos alunos não possa ser medida por notas, já naturalizaram as práticas que envolvem os treinos e sentem-se responsáveis pelo resultado dos alunos nas avaliações e consequentemente pela nota que a escola receberá. Essa naturalização em alcançar metas, advém das reformas iniciadas na década de 1990, que:

[...] continua a parecer mais retórica do que real, acabando, sobretudo, por ser um pretexto para a avaliação e para a responsabilização dos actores – o que, por sua vez, sendo uma estratégia pragmática e com alguns efeitos simbólicos, visa também promover uma nova representação sobre o papel do Estado, que está cada vez mais distante das funções de bem-estar social e das obrigações que assumira quando era o principal provedor e fornecedor de bens e serviços educativos (Afonso, 2001, p. 26-27).

Os profissionais da educação sentem-se responsáveis pelos resultados do IDEB, e conforme a discussão avançava, expuseram que o processo de ensino e aprendizagem não depende somente deles, mas vários fatores influenciam diretamente a maneira da criança aprender. Os profissionais questionaram a falta de políticas públicas que visem sanar as questões culturais e sociais que interferem na aprendizagem. Relataram que já presenciaram situações em outras escolas que trabalharam em que os professores eram orientados a não cobrarem a presença dos alunos de Sala de Recurso Multifuncional no dia da aplicação da prova.

Pesquisas comprovam a prática das escolas em orientar as famílias de alunos com dificuldade de aprendizagem ou necessidade especial para deixá-los em casa e assim não prejudicar o desempenho da turma. Essa postura tem o objetivo de elevar a nota da escola, excluindo os alunos que teriam possíveis erros, devido à avaliação não ser adaptada ao seu desenvolvimento. Quando são implantadas políticas de bonificação nas redes, este processo se agrava, pois eleva a ideia de mérito e incentivam práticas que ludibriam o sistema e camuflam os resultados (Ravitch, 2011).

Com a necessidade do ensino emergencial remoto, os alunos estiveram quase todo os anos de 2020 e 2021 afastados da escola, responsáveis por realizar suas atividades escolares em casa sem auxílio, já que em muitos casos os familiares não têm escolaridade para tal. Nesse contexto, a avaliação externa perde o propósito de “medir” a aprendizagem dos alunos e, conforme a discussão embasada nas leituras prévias, os profissionais concluíram não haver lógica realizar o SAEB neste contexto, concluindo que a não reprovação dos alunos conforme recomendações dos documentos e o grande número de matrículas recebidas de alunos de escolas particulares, que transferiram para a pública durante o período remoto, podem colaborar para que os resultados melhorem e apresentem

notas maiores nos índices, já que a nota do IDEB brasileiro nos anos iniciais em 2019 era de 5,9 e a meta para 2022 é 6,0, equiparando-se aos números apresentados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE. Embora não tenha alcançado a meta imposta, falta pouco para o Brasil atingi-la, pois seu atual índice é 5,9, explicando assim que seja aplicada a prova do SAEB em meio à pandemia, na qual os alunos não frequentaram as aulas na maior parte do período a ser avaliado.

Os profissionais da educação evidenciaram que não é considerada a diversidade que está presente na escola, já que as turmas não são homogêneas. “De fato, a literatura derivada das pesquisas comparativas aponta uma tendência crescente à homogeneização das políticas educacionais em nível mundial” (Shiroma; Campos; Garcia, 2005, p. 428).

O Brasil utiliza parâmetros internacionais como base para validar o discurso da reforma educacional e destacar a importância de garantir a qualidade da educação por meio de índices e notas. No entanto, é crucial analisar de forma crítica e compreender como a ideologia, a lógica e a racionalidade subjacentes a essa reforma se relacionam com os interesses, valores e perspectivas dos indivíduos que, em última instância, são responsáveis por implementar essas mudanças (Shiroma; Campos; Garcia, 2005, p. 430).

Durante o minicurso, percebemos na fala de alguns profissionais a naturalização do treino para a prova SAEB ao relatarem que concordavam com tais práticas visto que os alunos não sabem preencher gabaritos. Esta fala foi contestada por outros profissionais que evidenciaram a necessidade de utilizar este período de “treino de gabaritos” para trabalhar conteúdos com os alunos, que muitas vezes são deixados de lado, já que a prova avalia apenas os conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática e estas disciplinas passam a ter maior importância na escola.

De acordo com relatos dos profissionais, há uma percepção de que o Ensino Superior não é cobrado da mesma forma que a Educação Básica em termos de resultados. Quando questionados sobre o motivo disso, chegaram à conclusão de que o sistema acredita que o Ensino Superior não é destinado a todas as pessoas. Eles observaram que os alunos, principalmente os de inclusão, enfrentam dificuldades para concluir todo o percurso educacional até a faculdade, e mesmo aqueles que conseguem, não recebem apoio adequado posteriormente.

Foi disponibilizado um questionário elaborado pelo *Google Forms* ao final do primeiro encontro no qual responderam, sem identificação, as ações realizadas pela rede municipal de educação de Jacarezinho (PR) e da Escola Professora Ruth Pimentel Rocha, referentes à nota do IDEB. Foi proposta a leitura de um artigo que evidencia a utilização das notas do IDEB como sinônimo de qualidade da educação.

As respostas obtidas através do questionário demonstraram contradições, uma vez que a maioria respondeu que as notas do IDEB são utilizadas pela rede de ensino ou pela Escola para refletir sobre as ações pedagógicas dos professores, mas ao serem questionadas sobre de que maneira isso acontece, as respostas centraram-se na busca por melhores resultados

por meio de cobrança da equipe diretiva de mais empenho dos professores, direcionamento nos conteúdos e metodologias que favoreçam o trabalho voltado para a prova e tirando do sistema a responsabilidade, que é direcionada aos professores, principalmente aqueles que trabalham com 5º ano. Dessa forma, na discussão do grupo, concluíram que as notas não são trabalhadas de forma a auxiliar o professor nos conteúdos que os alunos ainda não se apropriaram, para que possam repensar sua prática, mas sim como forma de responsabilização pela forma com que trabalham em sala de aula.

Apesar da pressão para melhorar as notas do IDEB, constatou-se a falta de conhecimento sobre as matrizes de referência do SAEB e o relato de que os descritores do SAEB, de Língua Portuguesa e Matemática, não são discutidos nos encontros de formação de sua escola ou rede de ensino. A falta de familiaridade com as matrizes e a ausência de discussão sobre os descritores pela equipe escolar reforçam a percepção de que o foco no IDEB tem o objetivo de aumentar as notas, demonstrando direcionamento a mecanização das práticas em sala de aula. Na apresentação do material sobre as matrizes de referência é descrito que estas não abordam todo o currículo como explicitado na apresentação do material, apenas os conteúdos associados às competências e habilidades almejadas para cada ano avaliado, especificados pelos descritores (Brasil, 2020), mas seu conhecimento pode auxiliar os professores a planejarem aulas inclusive de outras disciplinas, estimulando as operações mentais para realizar as atividades e não treinando questões.

Com base nas respostas obtidas no questionário, ficou evidente a existência de tensões que antecedem a prova do SAEB. Essas tensões incluem a angústia, o nervosismo e a insegurança dos professores em relação aos resultados, uma vez que se sentem responsáveis pelo baixo desempenho dos alunos quando a meta do IDEB não é alcançada.

Os participantes do curso chegaram à conclusão de que não é possível mensurar a qualidade apenas por meio de índices, uma vez que existem diversos outros elementos envolvidos no processo de construção do conhecimento. Dentre esses elementos, destacam-se a comunicação dos profissionais, a infraestrutura da escola, a situação social dos alunos, a capacitação e dedicação dos professores, bem como o envolvimento da família na instituição escolar. Quando questionados sobre o motivo da ausência das famílias na escola, os profissionais argumentaram que a maioria dos pais não demonstram interesse pela aprendizagem dos filhos e veem na escola um suporte para que possam trabalhar e realizar seus afazeres. Relataram que percebem que, devido a escolaridade ser obrigatória, os pais transferiram toda a responsabilidade da educação para escola. Na maioria das vezes a família não comparece à escola quando chamada e ressaltaram que se sentem sozinhos e sobrecarregados na função de professor.

Diante das respostas dos profissionais da educação, observamos que a escola moderna é uma conquista da sociedade moderna, liberal e capitalista, para o acesso e produção do conhecimento. Porém, a escola apresenta-se também como necessidade social, compensatória, para atender os alunos, principalmente os mais pobres que, diante da precária situação econômica, de desemprego, subemprego, desigualdade social, precisam estar no



espaço escolar para outras necessidades, como alimentação. É neste contexto contraditório que há a necessidade do pensamento crítico no processo de compreensão e construção de uma educação emancipatória.

Ao abordar o ensino numa perspectiva de Educação Integral, os profissionais da educação concordaram que o modelo desenvolvido entre os anos de 2017 e 2019, pela Escola Professora Ruth Pimentel Rocha, de Jacarezinho (PR), não favoreceu uma Educação Integral, apesar do tempo expandido que as crianças permaneciam na escola. A falta de adequação estrutural dificultou o trabalho dos professores. As crianças estavam constantemente cansadas, desinteressadas, de ter que estudar Português e Matemática no período regular e repeti-las nas oficinas de letramento e raciocínio lógico. Diante disso, os profissionais expressaram a necessidade da Educação Integral, que pode acontecer na escola de tempo integral ou expandido, no processo de desenvolvimento dos aspectos sociais, emocionais, cognitivos, culturais, com os alunos.

As participantes destacaram que não conheciam o Programa Novo Mais Educação (PNME) e questionaram a validade de notas maiores, quando são produzidas pelo treinamento e não pelo processo de aprendizagem. Ressaltaram que desconheciam os níveis da escala de proficiência apresentados pelo SAEB e apontaram que se eles fossem utilizados nas reuniões escolares, auxiliariam na elaboração de atividades não mecanizadas.

Numa nova nuvem de palavras sobre sua percepção do IDEB, a palavra qualidade não apareceu novamente, comparada à primeira, no início do minicurso. As palavras apresentadas pelos profissionais ressaltaram a pressão e cobrança geradas nesse processo. Os profissionais levantaram questionamentos sobre o papel das professoras e das ações que a escola pode adotar para desenvolver um planejamento educacional que priorize os conteúdos fornecidos para a formação dos alunos desde as séries iniciais, sem depender exclusivamente de treinamentos para provas padronizadas. Por fim, os profissionais chegaram a um consenso de que a capacitação dos professores desempenha um papel crucial no processo de ensino e aprendizagem, e reconhecem a importância de compartilhar experiências dentro da escola. Eles propuseram a realização de futuros encontros com os professores, coordenação e direção da escola com o intuito de promover essa troca de experiências.

Ao final da discussão, os profissionais realizaram uma auto avaliação que demonstrou que adquiriram nova compreensão sobre SAEB e IDEB, resultando na transformação de suas visões sobre a relação entre avaliação externa e qualidade da educação. A formação inicial e continuada dos professores, se trabalhada de forma crítica voltada à emancipação humana, pode promover a mudança de pensamentos e comportamentos que levam a transformação da sociedade por meio da educação “[...] de modo indireto e mediato, isto é, agindo sobre os sujeitos da prática” (Saviani, 2018, p. 58). Superar o pensamento sincrético é essencial para práxis do professor. “O homem, para conhecer as coisas em si, deve primeiro transformá-la em coisas para si” (Kosik, 1976, p.

22). Dessa forma, buscamos superar por incorporação os conceitos históricos que antes, apresentavam-se numa visão caótica da realidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto buscamos identificar a maneira como a centralidade das avaliações externas nas políticas educacionais, destacando o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), impactaram uma escola da rede pública municipal de Jacarezinho – PR, a Escola Professora Ruth Pimentel Rocha, que funcionava em jornada ampliada, apresentando em seus documentos o ideário de uma Educação Integral.

O direcionamento para atingir metas nas provas estandardizadas gerou um estreitamento curricular que impossibilita a formação ampla do ser humano, que lhe proporciona a aprendizagem dos conhecimentos históricos, culturais, científicos e filosóficos produzidos pela humanidade.

Os interesses do Estado são traduzidos por meio de políticas educacionais que, ao definir a qualidade da educação pelas notas do IDEB, camuflam dados reais e induzem novas políticas públicas na educação, guiadas pelos interesses do mercado. Assim a lei garante o acesso do aluno à escola, mas sua aprendizagem nem sempre se consolida, já que os conteúdos produzidos historicamente pela humanidade acabam sendo substituídos pela ênfase na Língua Portuguesa e na Matemática.

O minicurso realizado com profissionais da educação da Escola Professora Ruth Pimentel Rocha, de Jacarezinho (PR), demonstrou a necessidade de uma formação crítica, inicial e continuada, para os profissionais da educação como necessária no processo de busca da compreensão da realidade, condição fundamental para possibilitar novas práxis propositivas e transformadoras da realidade educacional e social.

Assim, entendemos que conhecer os interesses e estratégias que permeiam os resultados das avaliações em larga escala, traduzidos em índices de qualidade, contribui para que os profissionais da educação, professores, equipe diretiva, equipe coordenadora, compreendam as contradições e desafios desse processo, repensem sua práxis inicial e redirecione o processo de ensino e aprendizagem, para uma formação ampla do aluno.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-nação e a emergência da regulação supranacional. **Educação & Sociedade**, ano 22, n. 144 75, p. 15-32, ago. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/CGkRcsCcsynSwtSRsj44LBf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BAUER, A.; ALAVARSE, O. M.; OLIVEIRA, R. P. Avaliações em larga escala: uma sistematização do debate. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1367-1382, dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/PgMHxD3BYhzBr6B7CpB5BjS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. **Dispõe sobre o Programa Mais Educação**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7083.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7083.html). Acesso em: 17 jun. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Matrizes de referência de língua portuguesa e matemática do SAEB**: documento de referência do ano de 2001. Brasília, DF: INEP, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/matrizes-e-escalas>. Acesso em: 16 jan. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**: Linha de Base. Brasília, DF: Inep, 2015. 404p. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/plano-nacional-de-educacao/plano-nacional-de-educacao-pne-2014-2024-linha-de-base>. Acesso em: 12 fev. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, n. 120-A, edição extra, p. 1-7. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: 10 set. 2020.

GESQUI, L. C. O IDEB como parâmetro de qualidade da educação básica no Brasil: algumas preocupações. **Caderno de Pesquisa**, São Luís, v. 23, n. 3, set./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/4088/3537>. Acesso em: 15 jul. 2021.

INAF. Resultados Inaf. Alfabetismo no Brasil. **Instituto Paulo Montenegro-INAF**. 2018. Disponível em: [https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Inaf2018\\_Relat%C3%B3rio-Resultados-Preliminares\\_v08Ago2018.pdf](https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Inaf2018_Relat%C3%B3rio-Resultados-Preliminares_v08Ago2018.pdf). Acesso em: 01 abr. 2020.

JACAREZINHO. Escola Municipal Professora Ruth Pimentel Rocha. **Projeto Político Pedagógico**. Jacarezinho, 2020. 53p.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MANACORDA, M. A. **O princípio educativo em Gramsci**. Campinas: Alínea, 2019.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo, Boitempo, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MENDES, G. M. L.; SEGABINAZZI, M. Incluir, comparar e competir: serviços de avaliação externa em larga escala e inclusão escolar. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 63, p. 849-862. Out./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/33104>. Acesso em: 20 jun. 2021.

MILANEZI, L. **Políticas educacionais e o Estado Avaliador: a padronização do ensino em contradição com a proposta de educação integral**. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Norte do Paraná, Jacarezinho, 2022. Disponível em <https://uenp.edu.br/mestrado-educacao-tcc-pe/trabalhos-de-conclusao-2022-2/21147-liliane-milanezi-lobes/file>. Acesso em: 25 jun. 2024.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Gestão em foco: fundamentos da educação integral em jornada ampliada**. SEED: Curitiba, 2018. Disponível em: [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/gestao\\_em\\_foco/educacao\\_integr\\_alunidade1.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/gestao_em_foco/educacao_integr_alunidade1.pdf). Acesso em: 22 jun. 2020.

RAVITCH, D. **Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1980.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 43. ed. São Paulo: Autores Associados, 2018.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 427-446, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9769>. Acesso em: 16 nov. 2020.

TARLAU, R.; MOELLER, K. O consenso por Filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, v. 20, n. 2, p. 553-603, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol20iss2articles/tarlau-moeller.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021.

VIEIRA, S. L.; ALBUQUERQUE, M. G. M. **Política e planejamento educacional**. 3. ed. e mod. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

**AUTORIA:**

\* Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Professor associado do curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Norte do Paraná, campus Jacarezinho. Contato: flavioruckstadter@uenp.edu.br.

\*\* Mestrado em Educação pela Universidade Estadual do Norte do Paraná. Professora do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Norte do Paraná, campus Jacarezinho. Contato: lilimilopes@gmail.com

\*\*\* Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professor associado do curso de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Norte do Paraná, campus Jacarezinho. Contato: acsouza@uenp.edu.br

**COMO CITAR ABNT:**

RUCKSTADTER, F. M. M.; MILANEZI, L.; SOUZA, A. C. de. A contradição entre ensino padronizado e a proposta de educação integral em uma escola pública de educação básica da rede municipal de Jacarezinho/PR. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 24, p. 1-18, 2024.

DOI: 10.20396/rho.v24i00.8673550. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8673550>. Acesso em: 16 jul. 2024.